



Passagens. Revista Internacional de História

Política e Cultura Jurídica

E-ISSN: 1984-2503

historiadodireito@historia.uf.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

de Mendonça, Sonia Regina

ESTADO, SABER E PODER NO BRASIL

Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 5, núm. 2, mayo-agosto,

2013, pp. 245-261

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337327391005>

ESTADO, SABER E PODER NO BRASIL

ESTADO, SABER Y PODER EN BRASIL

STATE, KNOWLEDGE AND POWER IN BRAZIL

ÉTAT, SAVOIR ET POUVOIR AU BRÉSIL

国家, 智识和权力: 巴西个案

DOI: 10.5533/1984-2503-20135204

Sonia Regina de Mendonça¹

RESUMO

O trabalho analisa as relações estabelecidas entre Estado, Saber e Poder no Brasil da primeira metade do século XX, enfatizando o caso do Ensino Superior Agronômico, a partir do estudo de duas das mais importantes escolas de agronomia do período: a de Piracicaba e a do Rio de Janeiro. A análise baseia em densa pesquisa sobre o perfil dos corpos docente e discente de ambas as instituições – sua procedência regional, social, familiar, etc. - bem como na apreciação das estruturas curriculares vigentes nas duas escolas estatais e respectivas alterações dentro dos marcos cronológicos estipulados. A partir desses dados é possível verificar a existência da formação de dois habitus de classe distintos, segundo as instituições frequentadas e as frações de classe a cada uma delas vinculadas: um destinado basicamente à reprodução da condição de classe dos agrônomos, e outro voltado para a construção de uma “nobreza de estado”.

Palavras-chave: Estado, Poder, Ensino Superior, Agronomia.

RESUMEN

El trabajo analiza las relaciones establecidas entre Estado, Saber y Poder en el Brasil de la primera mitad del siglo XX, enfatizando el caso de la Enseñanza Superior Agronómica,

¹ Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Pesquisadora I do CNPq, autora de inúmeros livros, dentre eles *O Ruralismo Brasileiro* (São Paulo: Hucitec, 1997); *O Patronato Rural no Brasil Recente* (Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010), dentre outros. E-mail: srmendonca@uol.com.br

a partir del estudio de dos de las más importantes escuelas de agronomía del periodo: la de Piracicaba y la de Río de Janeiro. El análisis es basado en densa investigación sobre el perfil de los cuerpos docente y discente de ambas instituciones – su procedencia regional, social, familiar, etc. – así como en la apreciación de las estructuras curriculares vigentes en las dos escuelas estatales y respectivas alteraciones dentro de los marcos cronológicos estipulados. A partir de estos datos es posible verificar la existencia de la formación de dos habitus de clase distintos, según las instituciones frecuentadas y las fracciones de clase a cada una de ellas vinculadas: un destinado básicamente a la reproducción de condición de clase de los agrónomos y otro direccionado para la construcción de una “nobleza de estado”.

Palabras clave: Estado, Poder, Enseñanza Superior, Agronomía.

ABSTRACT

This work analyses the relations established between the state, knowledge and power in Brazil during the first half of the twentieth century with a particular focus on higher agricultural education, based on the study of two of the period's most important agricultural colleges in Piracicaba and Rio de Janeiro. The analysis is based on intensive research into the profile of the teaching and student bodies of both institutions – their regional, social and family backgrounds, etc. – as well as on an assessment of the existing curriculum structures in the two state-run colleges and the respective modifications within the time frames stipulated. Analysing this data permits the verification of the formation of two different class habitus, according to the institutions attended and the class fractions linked to each of them: one basically destined to reproduce the agriculturists' class condition, and the other focused on the construction of a new “state nobility”.

Key words: State, Power, Higher Education, Agriculture.

RÉSUMÉ

Cet article analyse les relations entre État, savoir et pouvoir dans le Brésil de la première moitié du XX^{ème} siècle à travers le prisme de l'enseignement supérieur agronomique. L'étude se base sur deux des écoles d'agronomie les plus importantes de cette période, celle de Piracicaba et celle de Rio de Janeiro, pour lesquelles une analyse poussée des corps professoraux et étudiants (origines régionales, sociales et familiales) a été menée. L'on a également analysé les programmes d'enseignement en vigueur dans ces deux écoles d'État, ainsi que leurs modifications respectives durant la période en question. Il est

possible, à partir de ces données, de constater l'existence de la formation de deux habitus de classe distincts en fonction de l'école fréquentée et des fractions de classe y ayant accès : l'un destiné essentiellement à la reproduction de la condition de classe des agronomes et l'autre à la construction d'une « noblesse d'État ».

Mots-clés: État, Pouvoir, Enseignement supérieur, Agronomie.

摘要

论文讨论20世纪上半叶巴西的国家，智识和权力三者之间的关系，以农学高等教育为例。对那个时期巴西两个最重要的农学院校，一个位于皮拉希卡巴，另外一个位于里约热内卢。通过对两农校的师生的个人资料进行分析—

他们的来源地，社会和家庭背景等。同时对这两所国家创办的农校的课程设置和变迁进行分析。通过研究师生的阶级来源和社交习惯，可以了解到两种截然不同的社会阶层的形成过程：一个是农艺师的再生产，另外一个是“国家权贵”的再生产。

关键词：国家，权力，高等教育，农学

Premissas da Reflexão

Os estudos sobre as origens e consolidação do ensino agronômico no Brasil costumam incidir em dois "vícios". De um lado, situam-se os que tratam do objeto sob um prisma laudatório, sobredeterminado pela própria extração sócio-profissional de seus autores e sua posição de classe. Trata-se de obras pautadas por um "discurso de celebração", com finalidades consagradoras e apologéticas elaboradas por ex-alunos ou dirigentes de instituições escolares às quais se vinculam afetiva ou academicamente². De outro, estão os trabalhos onde a temática é abordada a partir de viés assistencialista, enaltecedor desse novo técnico visto como capaz de "resgatar" do atraso os trabalhadores rurais brasileiros. Em ambos os registros, duas questões se colocam.

Em primeiro lugar, o fato de ser sempre em nome dos "desfavorecidos" que se erige a retórica justificadora das propostas de intervenção junto ao campo e ao "homem rural", secundarizando-se, dessa forma, o seu próprio reverso, ou seja, o quanto esses

² Esse é o caso de trabalhos como os de Galli, Ferdinando (1976). *ESALQ: 75 anos a serviço da pátria*, Piracicaba: s.n, p. 125 e Reis, Tito de Souza (1921). *O Ensino Agrícola na Escola Luiz de Queiroz*, São Paulo: Typ. Olegário Ribeiro, por exemplo.

atores sociais – pequenos produtores, arrendatários, posseiros, etc. - respaldam, sem disso ao menos terem noção, o duplo e simultâneo processo de ampliação da estrutura material do Estado no Brasil e de estatização crescente dos interesses de segmentos da classe dominante agroindustrial e seus porta-vozes. Já o segundo problema prende-se ao fato de a quase totalidade dos estudos dedicados às escolas superiores de agronomia tomarem-nas em estado “isolado”, independentemente das relações objetivas que as unem entre si, o que se configura, a meu juízo, na única dimensão capaz de propiciar o reconhecimento das propriedades pertinentes aos que são por elas diplomados, ou seja, seus distintos *habitus*³.

Tentando superar enfoques capazes de comprometer resultados e conclusões, proponho refletir sobre a constituição sócio-histórica dos agrônomos no Brasil a partir de exaustiva pesquisa realizada junto aos acervos de duas importantes escolas de nível superior em todo o período compreendido entre 1901 e 1961. A premissa dessa análise é a profunda e permanente intercessão existente entre Estado, Saber, Poder e Reprodução de Classes. Assim, começo apontando que o ocultamento das relações existentes entre Saber e Poder ao longo da própria História, não resulta somente numa tomada de posição simplificadora no âmbito da chamada “história cultural”, mas também numa certa confusão entre Metodologia e Teoria onde a primeira é usualmente tomada na acepção da segunda. Para elucidar o “imbróglio” destaco que partilho de uma visão do Estado de filiação gramsciana, o que significa entendê-lo como Estado Ampliado que incorpora tanto a Sociedade Civil, quanto a Sociedade Política e de cujas inter-relações, sempre tensas e conflitivas, resulta a hegemonia de uma dada fração de classe situada no bloco no poder a cada conjuntura histórica⁴. Outra premissa deste trabalho é a focalização das Escolas de Agronomia como partes de uma complexa rede de relações através da qual é possível acompanhar, continuamente, a produção e reprodução de uma certa estrutura de dominação de classes, seus agentes e respectivas agências. Estas últimas, encarregadas de redistribuir lugares sociais hierarquizando poderes e prestígios, ajudam a criar e recriar a própria ordem social, produzindo tal efeito na medida em que elas mesmas são espaços de diferenças hierarquizadas, ou seja, espaços da construção de projetos identitários sócio profissionais também distintos.

³ Cf. Capdeville, Guy (1991). *O Ensino Superior Agrícola no Brasil*, Viçosa: Imprensa Universitária.

⁴ Cf. Gramsci, Antonio (1986). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Logo, refletir sobre a construção social dos Agrônomos no Brasil até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1961 implica em inserir o tema no jogo das disputas políticas inerentes ao processo de construção do Estado brasileiro, sem o que o estudo do ensino agronômico como instrumento de produção cultural, dominação simbólica e também de confronto entre projetos identitários diversos perderia sua principal razão de ser: deslindar os mecanismos de reprodução da fração da classe dominante agroindustrial no país.

A pesquisa foi realizada nas duas mais importantes escolas do período: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) em Piracicaba e a Escola Nacional de Agronomia (ENA – anteriormente Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e atual UFRRJ) no Rio de Janeiro, ambas instituições públicas, uma estadual e a segunda, federal, subordinada ao Ministério da Agricultura. Creio que a abordagem sugerida permite, simultaneamente, estudar o incessante processo de construção do Estado brasileiro verificando em que medida as escolas pesquisadas contribuíram, através de seus diplomados, para interferir junto à definição/redefinição das políticas públicas agrícolas e constatar os mecanismos da inserção de agrônomos distintamente formados junto à sociedade política (ou estado restrito), resultando em práticas profissionais diferenciadas segundo as “marcas de escola” por eles portadas.

Quando falo em Escolas de Agronomia diversamente estruturadas, tenho em mente a possibilidade de contrapor uma “nobreza de sangue” – oriunda, por herança, das frações da classe dominante agroindustrial – a uma “nobreza de escola” - formada basicamente pela via do diploma como instrumento para a obtenção de privilégios semelhantes aos adquiridos em função da condição de classe, já que o diploma não é passível de transmissão hereditária ou venda, dependendo, fundamentalmente, de competências técnicas. Por tal motivo é possível afirmar que a “nobreza de escola” também é uma “nobreza de Estado”, nos termos de Bourdieu⁵, face à “intimidade” existente entre o título escolar e o chamado “pessoal do Estado”⁶.

A noção de “nobreza de Estado” contribui para enriquecer a reflexão, pois permite sobrepor à condição de classe propriamente dita, propriedades inerentes ao que Bourdieu

⁵ Para esses conceitos ver Bourdieu, Pierre (1989). *La Noblesse d'État. Grandes Écoles et Esprit de Corps*, Paris: Minuit e também Bourdieu, Pierre & Saint-Martin, Monique (1987). “Agrégation et Ségrégation: le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir”. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 69, p. 2 - 50, sep.

⁶ A expressão “pessoal do Estado” é utilizada por Poulantzas que evita a noção de “burocracia”. Poulantzas, Nicos (1978). *O Estado, o poder, o socialismo*, Rio de Janeiro: Graal.

denomina de “posição de classe”⁷, recolocando em discussão a temática da unidade *versus* divisão da “classe dominante”, conceito que se torna mais nuançado uma vez que, nas próprias agências do Estado Restrito, verifica-se a existência de um grupo “Dominante” pelo Saber e outro “dominado”, a despeito da mesma condição de classe. Assim, a origem social adquire novas cores inserindo-se a temática do ensino agronômico no bojo da reflexão, posto os agentes diplomados por ambas as escolas, adquiriram características peculiares também ao campo escolar, evidenciando que a “questão de classe” guarda, igualmente, a dimensão de uma “questão de escola”. As questões levantadas permitiram analisar de que maneira - e através de que estratégias - os Agrônomos diplomados pelas duas Escolas conseguiram organizar-se enquanto “força social”, no sentido gramsciano do termo, junto à sociedade civil brasileira, bem como inserirem-se junto às agências do Estado Restrito, delas auferindo proventos, prestígio e, sobretudo, o monopólio legítimo do exercício do poder simbólico, via exercício “profissional”⁸.

Vale lembrar que o poder simbólico ativa todo um conjunto de atos de nomeação e de certificação que integram a categoria dos discursos oficiais “eficazes”, posto que proferidos em situações de autoridade e por meio de agentes autorizados a atuarem como detentores de um *officium*, isto é, de uma função ou cargo assegurado pelo próprio Estado, tais como veredictos, notas, certidões ou mesmo -o que mais nos interessa - a emissão e validação de diplomas⁹. É este que assegura que as identidades por ele criadas sejam socialmente garantidas e reconhecidas, contando com o poder de incluir e excluir grupos e categorias do âmbito de certas políticas públicas. É na intercessão desses aspectos que se destaca a correlação entre os agentes especializados do Estado e seus saberes específicos, uma vez que são justamente estes sujeitos que se metamorfoseiam na “face” visível do Estado, portando, para além de suas trajetórias individuais, aquilo que podemos considerar uma “lógica do aparelho”¹⁰, quer por integrarem sua ossatura material, quer por produzirem um discurso oficial que faz existir o próprio Estado. Este é o papel dos intelectuais junto ao que Gramsci denomina de

⁷ Bourdieu, Pierre (1974) “Condição de Classe e Posição de Classe”. In *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, p. 3 – 25.

⁸ LiPuma, J. P. (1993). “Culture and the Concept of Culture in a Theory of Practice”. In Calhoun, C. et al. (Orgs) (1993). *Bourdieu: Critical Perspectives*, Chicago: University Press, p. 14-34, p. 18.

⁹ A este respeito ver Bourdieu, Pierre (1996). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas: Papirus, especialmente capítulo 4.

¹⁰ Ibidem.

“divisão social do trabalho de dominação”¹¹, já que os interesses específicos expressos por cada grupo de agentes em função de sua posição junto ao aparelho de Estado demonstram que este está longe de constituir-se num bloco monolítico, sendo igualmente contraditório e instavelmente estável.

Para tanto, focalizarei os mecanismos através dos quais, no seio de uma sociedade fundamentalmente agrícola e recém-egressa da escravidão, herdeira de práticas repressivas ao trabalhador¹², como a brasileira de inícios do século XX, os primeiros passos constitutivos de um efetivo mercado de trabalho implicaram, da parte dos agentes do Estado, em redefinir simbolicamente novas modalidades de compulsão ao trabalho, tratando de perpetrar projetos identitários calcados numa taxionomia criadora de um *moderno produtor rural* capazes de manter a ordem social no campo. Quem foram os agentes responsáveis por essa operação hierarquizadora, qual o seu habitus, suas trajetórias, bem como seu grau de inserção dentro do Estado Restrito naquele momento, foram indagações norteadoras da pesquisa.

Violência Simbólica, Ensino Agronômico e Identidades Sociais

Na conjuntura gestada pela Abolição da escravidão no Brasil inúmeros agentes sociais das mais distintas frações da classe dominante agroindustrial produziram uma representação genérica de *crise da agricultura*¹³. Esta, vigente desde fins do século XIX, seria marcada por colorações sutis dependendo da procedência dos que a enunciavam, derivados de um sem número de extrações socioregionais específicas, nem sempre correspondentes a uma situação de fato dramática da agricultura¹⁴. Essa representação universalizada levou à emergência de varias agências da sociedade civil, vinculadas às frações da classe dominante agroindustrial brasileira, organizadas com o objetivo de formular projetos para sua superação, tais como a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Enquanto a primeira representou o núcleo dinâmico da grande burguesia cafeeira nacional – transformada, em 1919, em Sociedade Rural Brasileira - a segunda foi num aparelho privado de hegemonia que amalgamou interesses de diversas frações de classe agroindustriais, mormente aquelas

¹¹ Gramsci, Antonio (1984). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

¹² Cf. Velho, Octavio (1979). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, São Paulo: Difel.

¹³ Utilizei o *itálico* para toda expressão ou citação extraída das fontes pesquisadas.

¹⁴ Mendonça, Sonia Regina de (1997). *O Ruralismo Brasileiro*, São Paulo: Hucitec.

do eixo Nordeste/Sudeste/Sul, cujo desempenho econômico esbarrava em obstáculos no mercado internacional incluindo, sobretudo, grandes proprietários não ligados à produção do café¹⁵.

Enquanto para as entidades da grande burguesia paulista a *crise agrícola* devia-se à ausência de créditos, de mão-de-obra - apontando para a imigração subvencionada - e à necessidade de *modernização da agricultura e de educação agrícola*¹⁶, os proprietários da SNA reivindicavam a criação de uma agencia de Estado voltada ao “*trato das coisas agrícolas*” - o Ministério da Agricultura, junto ao qual se aparelhariam -- bem como a “*diversificação da produção nacional*”. A tensão entre os segmentos organizados por essas entidades transformou a implantação da Pasta numa acirrada disputa política intra-classe dominante, posto que ambas almejavam nela inscrever seus distintos interesses. Concordavam, todavia, num aspecto: o Ministério a ser criado deveria ser *eminentemente técnico* e, por isso, elegeriam um mesmo agente privilegiado e tido como capaz de enfrentar a *crise*: o agrônomo. Considerando que até este momento existia somente uma Escola Superior de Agronomia no país, localizada na Bahia e funcionando de forma precária, outra bandeira de luta das frações da classe dominante agroindustrial brasileira consistiria em atribuir ao Estado o papel de promotor das instituições de ensino agronômico necessárias à produção dos portadores do “*saber técnico especializado*”.

A ESALQ e a reprodução social de classe

Criada em 1901 pelo governo do estado de São Paulo, a ESALQ dedicou-se integralmente à realização do projeto dos setores da classe proprietária sob cuja égide fora implantada, valendo destacar que permaneceu, até 1933, subordinada à Secretaria de Agricultura do Estado, *lócus* preferencial do aparelhamento da grande burguesia paulista. Neste sentido, a principal preocupação da Escola não era necessariamente

¹⁵ Este foi o caso dos grandes cafeicultores paulistas, com seu produto desvalorizado pela superprodução, mas não o dos cafeicultores do Estado do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais, cujo desempenho produtivo era bem inferior ao das terras roxas de São Paulo. Quanto aos segmentos não produtores de café, destacavam-se os cotonicultores e usineiros dos estados do Nordeste ou ainda os do complexo pecuarista gaúcho, desbancado, no mercado interno, pelas carnes importadas do Prata e aquelas produzidas no próprio estado de São Paulo.

¹⁶ A modernização da agricultura preconizada pelos porta-vozes da grande burguesia paulista consistia na adoção de novas técnicas de cultivo e beneficiamento, baseadas no uso intensivo de maquinaria e insumos industriais junto à atividade agrícola. Já a educação rural era pensada em termos da difusão de algumas noções de agricultura prática a serem ministradas aos trabalhadores pelos próprios fazendeiros ou, no caso em foco, por agrônomos.

formar quadros para o Estado, mas, sim, preparar tanto os *modernos fazendeiros*, quanto o corpo docente da instituição, que se pautou por um padrão altamente endógeno de recrutamento e reprodução¹⁷. Corrobora essa afirmativa a existência, junto ao professorado, de verdadeiras “dinastias”, como a dos Teixeira Mendes – num total de três, filhos e netos de grande fazendeiro da região de Piracicaba, que foi o mais antigo catedrático da Escola; dos Kiehl – três irmãos diplomados em inícios da década de 1940 e docentes da Escola por mais de 15 anos; dos Arzolla – José e Sylvio, pai e filho, igualmente grandes proprietários piracicabanos; dos Bergamin – irmãos diplomados entre 1934 e 1940 sendo Henrique, filho do primeiro, ex-aluno e docente da Escola, dentre inúmeros exemplos¹⁸.

Outra característica do corpo docente da ESALQ era o fato de 72% dele constituírem-se de filhos de fazendeiros e 20% de filhos de negociantes, totalizando 164 professores dos quais, apenas oito (08) não eram paulistas¹⁹. Logo, quer por seu perfil de instituição escolar destinada a preparar grandes proprietários/empresários rurais, quer pelo caráter endógeno da reprodução de seu quadro docente - composto por ex-alunos, simultaneamente filhos de fazendeiros/empresários e paulistas - a Escola dificilmente pode ser definida como instrumento de ascensão social pela via do diploma. Seu perfil como Escola preparatória de agrônomos paulistas voltados para a agricultura do estado de São Paulo é corroborado pelos dados sobre a procedência regional de seus diplomados, onde se constata que, entre 1903 e 1961, a instituição matriculou 2.118 alunos oriundos de municípios paulistas, correspondentes a 80% daquele total. Os demais 20% provinham de unidades da federação como Minas, Rio de Janeiro, Mato Grosso ou Rio Grande do Sul e seria junto a esses agronomados – e mesmo por seu intermédio - que a Escola difundiria um projeto de *agricultor moderno* com pretensões hegemônicas capaz de unificar, no plano da cultura, sempre política, frações regionais expressivas da classe dominante agrária brasileira.

Este projeto seria norteado por uma diretriz-chave: a difusão da crença no poder regenerador da Ciência – entenda-se tecnologia e insumos industriais – aplicada à agricultura, sendo os egressos da Escola os sujeitos privilegiados dessa transformação,

¹⁷ Enquanto no período entre 1903-1930 67% dos docentes da ESALQ constituíam-se de ex-alunos da própria escola, ladeados por 20% de professores estrangeiros, entre 1934 e 1961, este percentual se alteraria para um predomínio de 93% de professores ex-alunos, o que significa dizer paulistas e grandes proprietários, em sua maioria. Mendonça, Sonia Regina de (1999a). *Agronomia e Poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, p. 65.

¹⁸ Mendonça, Sonia Regina de (1999b). *Agronomia, Poder e Estado no Brasil (1933-1961)*, Niterói, Relatório de pesquisa ao CNPq, p. 55-6.

¹⁹ *Ibidem*, p. 50-2.

posto emergirem do “único e verdadeiro núcleo do ensino agronômico no país”²⁰. Essa diretriz coadunava-se com a principal marca desta instituição: a origem social de seu alunato. Atentando para a profissão paterna dos matriculados, vê-se que, dentre os diplomados entre 1903 e 1961, 63% eram de filhos de grandes proprietários rurais, longinquoamente secundados por filhos de profissionais liberais (7,5%) e de funcionários públicos (3%), revelando o perfil de classe do corpo discente da Escola e, por extensão, do próprio ensino ministrado: tratava-se de instrumentalizar profissionais destinados à reprodução de sua condição de classe²¹. Havia também grandes negociantes que para lá enviaram seus filhos (7,4%), além de banqueiros e “capitalistas” (0,6% do alunato).

Após sua diplomação, 85% dos agrônomos da esalquianos contaram com inserção profissional junto a suas próprias fazendas e/ou empresas, além do corpo docente da própria Escola²². Enquete promovida pelos alunos em 1942 já evidenciava tal tendência, tendo sido respondida por 211 estudantes, dos quais 65% eram filhos ou parentes de fazendeiros²³. A enquete, ao indagar sobre os motivos da escolha da ESALQ, revelou que 37% dos entrevistados a buscaram para “tornar-se modernos fazendeiros”²⁴, enquanto 65% justificaram sua escolha pelo prestígio da instituição. Logo, adquirir os conhecimentos necessários à gestão empresarial de suas propriedades parece ter sido o principal objetivo dos que recorriam à escola em busca do diploma de agrônomo, consolidando uma identidade de “agrônomos-proprietários” e não meros “profissionais da agronomia”.

Outro aspecto essencial para a compreensão do habitus do agrônomo esalquiano deriva da análise da estrutura curricular e do regime escolar da instituição, marcados pela progressiva elitização no curso do período analisado. Isto seria obtido através de expedientes como o esvaziamento paulatino das habilitações paralelas à de agrônomo e a secundarização de disciplinas de caráter “humanista” no currículo, contempladas com uma carga horária mínima nas reformas curriculares do período²⁵. Ademais, os próprios critérios de seleção para ingresso e promoção interna do alunato eram flexíveis o bastante para comportarem médias de aprovação muito baixas, de todo coerente com o

²⁰ A afirmativa é de um dos ex-diretores da Escola, o paulista Tito de Souza Reis (1921). Op. Cit., p. 233.

²¹ Mendonça, Sonia Regina de (1999b). Op. Cit.

²² Ibidem, p. 67.

²³ O Solo (1942), Piracicaba: ESALQ, n.3.

²⁴ Ibidem, p. 74.

²⁵ Ao longo de todo o período focalizado, o currículo da ESALQ sofreu 11 reformas, todas primando pela ênfase em disciplinas técnico-científicas, bem como no desprestigramento conferido às chamadas “aulas práticas”, sem falar na paulatina restrição da carga horária daquelas que poderíamos considerar “humanísticas”.

perfil de uma “escola de concepção”²⁶, destinada aos setores dominantes. O caráter elitizante da Escola e do perfil dos Agrônomos por ela formados patenteia-se através da leitura de seus vários Regimentos que jamais estabeleceram, por exemplo, a figura da bolsa de estudos para alunos carentes. Além disso, o habitus do agrônomo esalquiano seria marcado pelo profundo tecnicismo, a despeito da Agronomia constituir-se, por definição, num Saber Aplicado²⁷. Conotando muito mais a pesquisa científica – formando não os executores, mas os detentores do poder de mando – a visão sobre o caráter “prático” deste Saber jogou papel-chave nas predisposições adquiridas pelos alunos na Escola: “*Saber ver para saber mandar fazer*” era o lema dos herdeiros de um capital social acumulado, muito próximo das posições efetivamente dominantes no campo do poder.

Apesar de todos esses aspectos, o reconhecimento da Escola como de nível superior - do que dependeria seu poder de conferir o título de agrônomo - demorou muito a ser obtido junto ao Executivo Federal, que o subordinava à estrita observância ao currículo da Escola-Padrão nacional: a ESAMV/ENA²⁸. Por trás deste processo achava-se uma disputa que transcendia o âmbito do Saber, consistindo na luta política pela afirmação do “agrônomo legítimo”: se aquele preparado para ser empresário (diplomado pela escola Paulista) ou aquele formado para ser funcionário privilegiado pelo Estado Nacional para ocupar cargos ligados à administração da agricultura (diplomados pela ENA). A pendência somente se acalmaria em 1949, quando a ESALQ obteve o poder de titular engenheiros-agrônomos. Inúmeras burlas seriam realizadas pela Direção da Escola visando evadir-se do cumprimento das alterações curriculares da ENA já que, para os

²⁶ Entre 1900 e 1908 a média mínima para aprovação e promoção dos alunos era de apenas grau dois (2,0), a qual foi alterada, em 1908, para o grau seis (6,0) e, posteriormente, para a nota cinco (5,0), assim mantendo-se até 1934. Simultaneamente, o ingresso à Escola consistia apenas na comprovação da conclusão do antigo curso ginásial, somente sendo instituído Exame de Ingresso em fins da década de 1910. No período posterior a 1933, o padrão manteve-se inalterado, voltando a média anual para promoção interna a cair para o grau três (3,0) entre 1940-48. ESALQ (vários anos). *Reformas Curriculares*. Piracicaba, *passim*. Não é demais recordar que tais elevações de média ocorreram em função da concorrência movida pela Escola de Agronomia do Distrito Federal que, apesar de sem recursos, manteve, desde sua fundação, o Exame de Ingresso e médias promocionais acima de sete (7,0).

²⁷ Até 1905, a carga horária das aulas práticas consistiu no dobro das aulas teóricas. Entre 1905 e 1912 – quando se estabeleceu o estatuto da paridade entre ambas – as aulas práticas contaram com a metade do número de horas dedicadas às aulas teóricas. Após a reforma de 1918, a carga horária das aulas teóricas passou a depender do “*critério do professor*”, assim permanecendo no decorrer de todo o período estudado. ESALQ. *Reformas Curriculares*. Piracicaba, *passim*.

²⁸ A ESALQ somente passaria a conferir o título de engenheiro-agrônomo após 1926 e, ainda assim, por força de um decreto-lei estadual, o que significava continuarem os diplomas expedidos sem o reconhecimento nacional por parte do Ministério da Agricultura. ESALQ (1927). *Atas da Congregação*. Piracicaba, p. 80 (manuscrito)

dirigentes da instituição, a escola do Rio estaria “defasada da evolução das ciências agronômicas”²⁹.

Além disso, o coroamento do ensino ministrado em Piracicaba consistia nas “Grandes Excursões”, estágios obrigatórios realizados pelos agronomandos do último ano como pré-requisito para sua formatura. A partir da década de 1920 as Grandes Excursões passaram a realizar-se fora do Brasil, não só devido às maiores verbas com que contava a Escola, mas, principalmente, em função do capital social portado por seus dirigentes³⁰, o que assegurou à instituição financiamento para as viagens. Tais recursos provieram, sobretudo, de entidades de classe (como a poderosa Sociedade Rural Brasileira) e de grandes empresas privadas (como a Anderson Clayton, o frigorífico inglês Armour, a Manah Adubos Químicos, etc.). Logo, é possível afirmar estarmos diante de uma instituição destinada a socializar e preparar o que denomino de “agrônomos com terra”. A Escola de Agronomia de Piracicaba no decorrer de todo o período manteve-se fiel ao lema que ilustra a capa de cada *Boletim* por ela publicado: “A ESALQ não é mais apenas um estabelecimento de ensino de Agronomia. Ela é um estabelecimento de pesquisa”³¹.

A Escola do Rio de Janeiro e a “Nobreza de Estado”

A *Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária* (ESAMV), criada em 1912 junto ao Ministério da Agricultura foi transformada, em 1934, na Escola Nacional de Agronomia (ENA) e, em 1944, em Universidade Rural, tendo surgido para disputar competências e legitimidade com a ESALQ. Desde cedo, por força do poder estatizado no plano federal, foi definida como escola-padrão nacional, instrumento de homogeneização e controle, por parte da sociedade política, de toda a estrutura acadêmica dos cursos superiores de Agronomia existentes no país. Considerando que a própria Pasta da Agricultura resultara da pressão política exercida pelos setores dominantes agroindustriais agremiados pela SNA, a Escola do Rio de Janeiro não estaria imune a tal

²⁹ Galli, Ferdinando, Op. Cit., p. 125.

³⁰ No período posterior a 1930 de um total de 28 Grandes Excursões realizadas pelos agronomando, 11 dirigiram-se ao exterior, mormente ao Uruguai e Argentina, existindo também aquelas cumpridas nos Estados Unidos e Canadá. Já as realizadas no país dirigiam-se “às grandes propriedades dos sócios ilustres da Sociedade Rural Brasileira”. ESALQ (1932-1961). *Relatórios de Grande Excursão, passim.* (manuscritos)

³¹ *Boletim da ESALQ* (1912), Piracicaba, ano I, n. 1, p. 3, grifos meus.

condicionamento contando, dentre seus professores, com 35% de dirigentes dessa entidade patronal.

O perfil e as origens do corpo docente da Escola fluminense diferiram bastante do verificado na ESALQ. Entre 1913 e 1961 ela contou com um total de 142 professores, dos quais 39% eram ex-alunos e, destes, somente 19% eram filhos de grandes proprietários rurais. Em contrapartida, o montante de docentes filhos de funcionários públicos, profissionais liberais e militares atingiu a percentagem de 64,4 % do total. Logo, a origem social do professorado da Escola era bem mais diversificada e “aberta”, a despeito da preponderância de fluminenses junto a ele (45%). Vale apontar que os nordestinos, por exemplo, contribuiu com 32% do quadro docente, inexistindo na instituição o fenômeno das “dinastias”, tal como na Escola paulista. Ademais, boa parte dos professores da ENA / UR, além de dirigentes da SNA, ocupavam cargos de primeiro escalão no Ministério da Agricultura (35 %), o que permite concluir que a Escola do Rio de Janeiro, definitivamente, não se destinou diretamente à reprodução da classe proprietária rural, constituindo-se no que Bourdieu denomina de “escola de execução”³².

Mesmo assim, ela contou com maior autonomia político-administrativa de seus professores, a despeito de tratar-se de uma instituição federal. Eles frequentemente mobilizavam-se em prol de tudo o que o Ministério lhes negava - diversamente dos docentes da ESALQ – como, por exemplo, o regime de 40 horas; a autonomia universitária; alterações no regime curricular, etc. O severo corte no orçamento da Escola verificado no decorrer da década de 1950 motivou calorosos protestos da Congregação que denunciaria, em 1958, os prejuízos trazidos para “a pesquisa e as atividades múltiplas desempenhadas pelos docentes, até mesmo seu transporte para a Escola”³³. Em protesto contra as instâncias ministeriais, a Congregação passou contratar, à revelia, professores interinos, contando apenas com o aval do Conselho Técnico da própria Universidade Rural³⁴. Ou seja, mesmo contando com um corpo docente de prestígio nacional e internacional³⁵, a ENA / UR padecia de restrições financeiras e administrativas

³² Bourdieu, Pierre & Saint-Martin, Monique (1987). Op. Cit.

³³ Universidade Rural (1958). *Atas da Congregação*, Rio de Janeiro, p. 146.

³⁴ Universidade Rural (1959). *Atas da Congregação*, Rio de Janeiro, p. 142.

³⁵ A guisa de exemplos cito o professor Ângelo da Costa Lima que, em 1938, foi agraciado com o Prêmio Rockefeller pela publicação da obra *Insetos do Brasil*, em dois volumes, indicado como *Honorary Fellow* da *Entomological Society of América* em 1945. *Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia* (1945), Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 57. Cito ainda Arthur do Prado, presidente da Associação Sul Americana de Química e Cândido de Mello Leitão, zoólogo prefaciado por Roquette Pinto que o considerou “o maior naturalista do Brasil”. ENA (1938), *Boletim*, Rio de Janeiro, p. 23-5.

graves, resultando no mau aproveitamento das potencialidades de um conjunto de renomados especialistas.

O habitus do agrônomo aí formado pautou-se por dois princípios-chave: a crença no mérito como instrumento de promoção e a ferrenha defesa do cooperativismo como fator de resgate das populações rurais do “atraso” em que viviam, configurando-se, um projeto identitário contra-hegemônico no campo das escolas de Agronomia em particular, e no da classe dominante agroindustrial brasileira, em geral. Quanto à proveniência regional dos alunos, apesar de preponderarem fluminenses e cariocas nem de longe se comparam aos quase 80 % de paulistas que formaram o alunato da ESALQ, pois os procedentes do Rio eram somente 40% dos diplomados, evidenciando o perfil mais plural dos discentes da ENA. Sem jamais ter sido uma “instituição de fluminenses para fluminenses”, a escola catalisou alunos das mais diversas regiões tais como o próprio Estado de São Paulo (7 %); Santa Catarina (8,6 %) ou Minas Gerais (9,4%), além de nordestinos, que responderam por 17 % do total.

Quanto à origem social dos diplomados, embora a ENA tenha contado com 23% de filhos de fazendeiros, estes nunca representaram elevado o percentual observado na Escola paulista. Ou seja, tal como o Ministério a que se subordinava, a Escola federal constituiu-se num eixo alternativo de Saber e Poder no Brasil, espraiando seu alcance sócio-político a grupos das mais distintas extrações sociais, como se depreende do total de 66% de diplomados cuja profissão paterna nenhuma relação guardava com a propriedade da terra. Se isso denota a menor elitização do acesso a este Saber por outro, também revela a adequação da ENA ao perfil ocupacional da população da Capital Federal, marcado pelo predomínio de setores médios urbanos, muitos deles ligados ao Estado. O espectro de categorias sócioprofissionais presente junto aos diplomados chegou a incluir 2 filhos de ferroviários; 2 filhos de artesãos e 1 filho de operário, além de 06 filhos de comerciários, perfazendo 11 agrônomos oriundos das classes trabalhadoras da capital. Isto não significa que filhos de proprietários tenham deixado de predominar junto ao alunado, porém verifica-se, ao lado deles, 18% de filhos de funcionários públicos; 19% de profissionais liberais; 10% de comerciantes e 8% de militares, somando 52% de alunos provenientes dos setores médios urbanos, sinalizando que a ENA constituiu-se num canal de ascensão social pela via do diploma.

Além disso, os alunos da Escola sempre contaram com a figura da bolsa de estudos - inexistente na escola paulista – que chegou a beneficiar 80% dos matriculados, a partir de três critérios: pobreza, mérito e indicação dos governos estaduais. Por certo

não se deve ver nesse processo qualquer caráter “benemerente” da parte do Ministério da Agricultura, já que ele investia na ENA para dela obter seus quadros técnicos especializados, tornando-a um “celeiro” de funcionários especializados ligados ao agro, como constatamos dos 85% de diplomados que logo se inseriram no Ministério³⁶.

Os dirigentes do Ministério da Agricultura – em boa parte também diretores da SNA - evidiam esforços para que a Escola fosse acessível a estudantes de distintas condições socioeconômicas, estimulando seu ingresso e prática como docentes mesmo durante a graduação, mediante a criação da figura dos “monitores”, que funcionariam como um “trampolim” para o ingresso futuro junto ao professorado da instituição³⁷. A sociabilidade do agronomando da ENA / UR foi ainda informada por sua participação em inúmeras iniciativas que envolviam a comunidade próxima à escola, como as *Semanas do Fazendeiro*, criadas em 1948 e anualmente realizadas, onde os estudantes ministriavam palestras e ensinamentos teórico-práticos aos cultivadores residentes nas proximidades da escola³⁸.

A estrutura curricular do curso de Agronomia da ENA é outro ponto importantíssimo, já que dentre suas características não figurou o sofisticado tecnicismo das disciplinas vigente na congêner paulista. Assim, de um total de 20 cadeiras, 12% diziam respeito a temáticas mais “humanísticas” como *Economia Rural, Direito, Legislação Agrária* ou ainda *Estatística Agrícola*. Os instrumentos de viabilização do curso também se distanciavam dos praticados na ESALQ, sobretudo no tocante às aulas práticas contempladas com o dobro da carga horária destinada às aulas teóricas, denotando que o projeto de “moderno agricultor” introjetado pelos agrônomos do Rio baseava-se na demonstração das vantagens da diversificação produtiva e do associativismo, sob a bandeira do cooperativismo agrícola.

Comentários Conclusivos

O principal ponto que fica para reflexão a partir deste trabalho refere-se ao porque de ambas as escolas de Agronomia pesquisadas terem produzido profissionais tão diferenciados. Em face de todos os aspectos abordados, parece ter ficado claro que aspectos como os critérios de acesso e promoção interna escolar, bem como as

³⁶Ibidem, p. 135.

³⁷A Escola contou, após 1934, com 35 monitores, dos quais 23 tornaram-se docentes da ENA / UR.

³⁸*Agronomia* (1951), Rio de Janeiro, v. 10, n. 1-2, p. 45.

diferenças curriculares e de conteúdo programático das disciplinas – sem menosprezar a origem social distinta dos corpos docente e discente das duas instituições – destinaram-se a materializar projetos diversos sobre o papel do agrônomo e suas práticas. A polarização entre ambas as escolas as fez distribuírem-se no cumprimento de finalidades diferentes: uma, destinada a ratificar e reproduzir a própria condição de classe de seus diplomados, produzindo o que se poderia chamar de “agronomos-empresários”, enquanto a outra voltou-se para a produção dos quadros de uma “nobreza de Estado” integrada por agrônomos-funcionários sem vínculos diretos com a propriedade da terra. Uma voltou-se aos filhos da fração da classe proprietária agroindustrial brasileira hegemônica, ao passo que a outra destinou-se a um alunato composto por agentes oriundos dos setores médios urbanos que teriam no diploma uma via de ascensão social. Logo, se a paulista ESALQ deve ser pensada como a instituição por excelência da “nobreza de sangue” ou “de berço”, a ENA / UR afirmou-se como gestora da “nobreza de Estado”, condição *sine qua non* para a reprodução/ampliação do próprio aparato estatal.

Referências

Agronomia (1951), Rio de Janeiro: ENA, v. 10, n. 1-2.

Boletim da ESALQ (1912), Piracicaba, ano I, n. 1.

Bourdieu, Pierre (1974). “Condição de Classe e Posição de Classe”. In *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, p. 3-25.

_____ (1989). *La Noblesse d’État. Grandes Écoles et Esprit de Corps*, Paris: Minuit.

_____ (1996). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas: Papirus.

Bourdieu, Pierre & Saint-Martin, Monique (1987). “Agrégation et Ségrégation: le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir”. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 69, p. 2 – 50.

Capdeville, Guy (1991). *O Ensino Superior Agrícola no Brasil*, Viçosa: Imprensa universitária.

ENA (1938). *Boletim*, Rio de Janeiro.

ESALQ (1927). *Atas da Congregação*, Piracicaba. Manuscrito.

ESALQ (1932-1961). *Relatórios de Grande Excursão*, Piracicaba. Manuscritos.

ESALQ (vários anos). *Reformas Curriculares*, Piracicaba.

Galli, Ferdinando (1976). *ESALQ: 75 anos a serviço da pátria*, Piracicaba: s.n.

Gramsci, Antonio (1984). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

_____ (1986). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LiPuma, J. P (1993) "Culture and the Concept of Culture in a Theory of Practice". In Calhoun, C. et al. (Orgs) (1993). *Bourdieu: Critical Perspectives*, Chicago: University Press, p. 14-34.

Mendonça, Sonia Regina de (1997). *O Ruralismo Brasileiro*, São Paulo: Hucitec.

_____ (1999a). *Agronomia e Poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura.

_____ (1999b). *Agronomia, Poder e Estado no Brasil (1933-1961)*, Niterói, Relatório de pesquisa ao CNPq. Mimeo.

_____ (2010). *O Patronato Rural no Brasil Recente*, Rio de Janeiro: EdUFRJ.

O Solo (1942), Piracicaba: ESALQ, n. 3.

Poulantzas, Nicos (1978). *O Estado, o poder, o socialismo*, Rio de Janeiro: Graal.

Reis, Tito de Souza (1921). *O Ensino Agrícola na Escola Luiz de Queiroz*, São Paulo: Typ. Olegário Ribeiro.

Revista da Sociedade Brasileira de Agronomia (1945), Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 3 -7.

Universidade Rural (1958). *Atas da Congregação*, Rio de Janeiro. Manuscrito.

_____ (1959). *Atas da Congregação*, Rio de Janeiro. Manuscrito.

Velho, Octavio (1979). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, São Paulo: Difel.

Recebido para publicação em janeiro de 2013.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2013.